


Ana Martins
OAB/CE 28.948

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CRATO, ESTADO DO CEARÁ.

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 2008967545-7, e CPF nº 614.635.163-63, residente e domiciliado à rua Benedito José Teles, 60, bairro Santa Fé, CEP 63.079-899, Crato – CE, por meio de sua procuradora que a esta subscreve, com endereço profissional na Av. Duque de Caxias, nº 357, Sala 05, Centro, Crato-CE, com endereço eletrônico: anamartinsadvogada@hotmail.com onde receberá intimações e demais comunicações, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor: **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

PRELIMINARMENTE

REQUER, a GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com fundamento na Lei nº 1.060/50 c/c a Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, tendo em vista que não pode custear as despesas processuais, sob pena de comprometer a sua própria sobrevivência e de sua família.

01 – DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS

O demandante sofreu acidente de trânsito tipo “queda de moto”, em **01/07/2019**.

Fato este que veio a concorrer para sua incapacidade permanente para o trabalho, em consequência das debilidades sofridas no acidente como: fratura do rádio direito e diversas escoriações pelo corpo, fatos estes devidamente comprovados através do teor dos prontuários médicos, relatório de cirurgia, certidão narrativa do SAMU, cópia do boletim de ocorrência e demais documentos anexos.

Em 15/10/2019, o requerente recebeu administrativamente a importância de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, referente à indenização por invalidez decorrente do seguro obrigatório – DPVAT.

Ressalte-se, por oportuno, que **a Ré entendeu ter o sinistro causado somente invalidez parcial no Autor, pelo que liberou somente uma pequena parcela do valor pago a título de seguro DPVAT**, o que é absurdo, já que o Laudo Médico é expresso ao concluir que o sinistrado encontra-se definitivamente incapacitado para qualquer atividade laboral, oriunda da debilidade permanente, motivo pelo qual deveria ter logrado o valor total do seguro DPVAT.

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO:

NOME DO BENEFICIÁRIO:	HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
DATA DO RECEBIMENTO:	15/10/2019

VALOR ESTABELECIDO NA LEI 11.945/2009:	13.500,00
VALOR RECEBIDO:	2.362,50
CRÉDITO DEVIDO:	11.137,50

Percebe-se, portanto, que a indenização ofertada pela Seguradora/Demandada não corresponde ao valor determinado por lei, restando, ainda, um saldo credor em favor do Promovente no valor **de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Não se pode admitir que a Seguradora/Demandada, logre enriquecimento ilícito em face do Promovente, disponibilizando uma indenização cujo valor não corresponde à totalidade do devido, principalmente diante da deficiência física do mesmo.

02 - DO DIREITO

O Seguro Obrigatório DPVAT trata-se de seguro instituído pela lei 6.194 de 19 (dezenove) de setembro de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), que tem o fim social de prover às vítimas de acidente de trânsito que ficam permanentemente inválidas, o mínimo de conforto, através de indenização que deve ser apurado levando em consideração o grau de invalidez pelo beneficiário apresentado.

A lei 6.194/74 assim dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

O entendimento de que a indenização do seguro obrigatório DPVAT deve ser repassada em conformidade com o grau de invalidez pelo beneficiário apresentado é pacífico, sendo recorrentes as decisões emanadas dos Tribunais no sentido de que a indenização a ser repassada deve guardar proporcionalidade ao grau de invalidez apurado em perícia judicial para que possa ser repassada, como abaixo se verifica:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO PLENA - AFASTAMENTO - PAGAMENTO PARCIAL NÃO OBSTA O PLEITO JUDICIAL DO TOTAL DEVIDO -- GRAU DA LESÃO NÃO APURADO NOS AUTOS - INDENIZAÇÃO QUE, NOS TERMOS DO ENTENDIMENTO DO STJ, DEVE SER PROPORCIONAL AOS DANOS APRESENTADOS - PROVA PERICIAL INDISPENSÁVEL - SENTENÇA CASSADA - BAIXA DOS AUTOS PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA COMPLEMENTAR - NECESSIDADE

DE QUANTIFICAÇÃO DO GRAU DA LESÃO - RECURSO PROVIDO POR UNANIMIDADE.DPVAT1. "Nas hipóteses de invalidez permanente anteriores à Lei nº 11945/09, a indenização do seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau do dano sofrido, cuja mensuração carecerá de exame realizado perante o Instituto Médico Legal, ou, em sua ausência, através de perito indicado pelo juízo." (IncUnifJur nº 547270-2/01 16/02/2011).11945 DPVAT2. Apelação Cível conhecida e provida. (7595606 PR 0759560-6, Relator: José Laurindo de Souza Netto, Data de Julgamento: 28/04/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 628)

A passividade do tema, inclusive, levou o Superior Tribunal de Justiça a editar a súmula 474, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 19 (dezenove) de junho de 2012 (dois mil e doze), com o seguinte enunciado:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

O laudo médico anexado à Inicial individualiza pontualmente a invalidez apresentada pelo aqui suplicante, que, após ser vítima do acidente descrito, acima jamais tornou a exercer suas atividades, ficando permanentemente incapacitado.

O grau de invalidez atribuído pela seguradora ré ao autor quando da liquidação do sinistro nem de longe corresponde à invalidez pelo mesmo apresentado, tendo sido o valor da indenização repassada inferior ao legalmente previsto.

2.1 - DA COMPETENCIA TERRITORIAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará já firmou entendimento de que o Autor pode escolher o local de propositura da ação, vejamos:

Relator(a): JUCID PEIXOTO DO AMARAL

Comarca: Fortaleza

Órgão julgador: 6ª Câmara Cível

Data de registro: 16/10/2012

Ementa: AGRAVO INSTRUMENTO. INCOMPETÊNCIA SUSCITADA DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA RELATIVA. DPVAT. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE ESTADUAL DE JUSTIÇA. 1. A Súmula protocolizada sob o n.º 33, do Superior Tribunal de Justiça, proíbe que a incompetência relativa seja declarada de ofício. 2. O confronto dos dispositivos entabulados nos arts. 94 e 100, do CPC, permite pontificar que, nestes casos - cobrança de seguro DPVAT, sem dúvida de natureza pessoal e com previsão em lei -, o autor pode ajuizar a ação No foro de seu domicílio, no do local do acidente e, ainda, como terceira opção, no foro do domicílio do réu, conforme tem decidido o colendo Superior Tribunal de Justiça e este Egrégio Tribunal. 3. Reconhecida a competência da 13ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza para processar e julgar o feito originário. 4. Recurso conhecido e provido. 5. Decisão agravada reformada. (grifo nosso).

2.2 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RÉ

A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora que efetuou pagamento parcial, ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciado e jurisprudência nesse sentido:

“Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP-CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa-Turma Recursal-TJPR”. No mesmo sentido o STJ: “SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente. Recuso conhecido e provido . (REsp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220).”

3 - DOS JUROS MORATÓRIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os juros moratórios no percentual de 1% (um por cento) a.m., devem ser contados a partir da data em que restou configurada a mora por parte da Segurador-Requerida, ou seja, a partir do pagamento realizado a menor.

No tocante a correção monetária O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento na súmula 43, de que a incidência da correção monetária nos débitos decorrentes de indenização de seguro obrigatório (DPVAT) tem como termo inicial a data do sinistro.

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT, CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.

01 - Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.

02 - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 46024 PR 2011/0149361-7; Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEITA TURMA, DJ 12/03/2012) (grifo nosso).

4 - DA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL

A produção de prova pericial é totalmente dispensável, uma vez que a invalidez permanente do caso em apreço é patente e fora reconhecida por médico da Seguradora/Requerida que com base na sua avaliação física do requerente, realizou o pagamento, embora a menor, do valor do prêmio, conforme laudo em anexo.

No caso em tela, há a chamada preclusão lógica, visto que a Requerida reconhece a invalidez, tornando-a matéria incontroversa.

O ponto nevrálgico encontra-se no momento em que, na seara administrativa, de posse do laudo médico pericial, reconhecida a configuração dos pressupostos necessários à liquidação do prêmio, a Requerida efetua o pagamento da indenização conforme lhe convenha, fugindo aos preceitos do bom direito.

Mister ressaltar a impossibilidade de recurso no âmbito administrativo nesses casos, assim sendo, o Requerente teve negado de uma só vez o acesso às garantias constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido

processo legal, previstas no Art. 5º, LV e LIV da Carta Magna, e o Direito não pode compactuar com atos de tamanha mesquinharia.

5 - O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO:

O direito à indenização decorrente do seguro DPVAT é de índole constitucional. Duas são as razões que embasam esta afirmação: de um lado, porque decorre do princípio da solidariedade insculpido no art. 3º, inciso I, da Constituição Federal; e de outro porque é direito homogêneo individual, passível de proteção por meio de ação intentada pelo Ministério Público, a teor do art. 127 da Magna Carta e conforme já esclarecido pela Ministra Nancy Andrighi no Resp 797963/G01.

O DPVAT, ou o acesso à sua cobertura, é um verdadeiro direito social. Atende a todos indistintamente, sendo mais abrangente que a própria Previdência Social (art. 6º, CF), independentemente, até do pagamento do prêmio para seu exercício (Súmula 237, STJ).

Por esse caráter social, é que o seguro DPVAT transcende ao direito individual, convertendo-se em direito fundamental da pessoa humana, com supedâneo em seu art. 5º, § 2º 2.

O legislador constituinte não se preocupou apenas em reconhecer a existência de direitos fundamentais; dedicou-se também a protegê-los. Este o sentido, por exemplo, do elencado no art. 60, § 4º, II, CF.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mesmo que de forma acanhada, tampouco silencia sobre a existência e aplicabilidade do princípio, como se pode ver do voto exarado pelo Ministro Sepúlveda Pertence por ocasião do julgamento da ADI 2065/DF - quando o adota como fundamento - e também nas ADI 3128/DF e 2213 MC/DF.

Ora, é patente que a limitação das indenizações e o tabelamento do corpo humano produzido pelas MPs 340/2006 e 451/2008 representa um retrocesso. Todo o desenvolvimento propiciado pela inovadora redação da Lei nº 6.194/1974 foi não só ignorado, mas atacado pelo chefe do Executivo e, na sequência, pelo legislador infraconstitucional. Tal comportamento tipifica clara agressão à proteção oferecida pelo DPVAT, que não distingue entre seus beneficiários. Não se discute aqui apenas qual cifra deve ser aplicada; o que sim há de ser analisado é a supressão, por ato legislativo, de um direito social resultado do aperfeiçoamento normativo e até jurisprudencial do instituto.

Portanto, o retrocesso social reside no fato de que as leis 11.482/2007 e 11.945/2009, alteraram substancialmente o benefício em relação à

invalidez permanente, representando um retrocesso a situação jurídica até então vigente, primeiro fixando o valor da indenização em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) quando antes era fixada com base no valor do salário mínimo vigente a época da liquidação do sinistro, e segundo quando tabelou o corpo humano. Isto porque, embora as seguradoras conveniadas nunca tenham pago, via administrativa, o valor integral previsto na Lei nº 6.194/74, aplicando abusivamente uma Tabela de Cálculo de Indenização (Loteamento do Corpo Humano), elaborada aleatoriamente pela FENASEG, judicialmente era possível, e com base na lei então vigente, alcançar a complementação não paga do seguro, algo que agora, com a MP nº. 451/2008, transformada na Lei nº 11.945/09, torna-se, salvo se houve reconhecimento da sua inconstitucionalidade, impossível.

Logo, a graduação do valor da indenização do seguro ofende o princípio da vedação ao retrocesso, pois, de acordo com a doutrina, se o ordenamento jurídico atingir determinado avanço em direitos fundamentais, não se torna compatível com a Constituição, por ato legislativo ou decisão judicial, do patamar atingido até então, tampouco a diminuição do direito já estabelecido.

Inconscuso que a mudança feita no art. 3º da Lei nº 6.194/1974 pelo art. 20 e 21 da MP 451/2008 são inconstitucionais, sobretudo do ANEXO – Tabela de Danos Pessoais, pois agride direito fundamental e é um retrocesso social que não se coaduna com o princípio da solidariedade (art. 3º, I, CF) e com o objetivo de garantir o desenvolvimento nacional propalado pela Constituição (art. 3º, II).

6 - DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A Constituição traça como fundamento do Estado Democrático de Direito, entre outros, a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III). Logo, a pessoa é, “nesta perspectiva, o valor último, o valor supremo da democracia, que a dimensiona e humaniza”; é, portanto, o núcleo central, princípio e fim, dos direitos e garantias fundamentais.

O ex-ministro Eros Grau, em recente manifestação sobre esse basilar princípio, ensina:

“As coisas têm preço, as pessoas têm dignidade. A dignidade não tem preço, vale para todos quantos participam do humano. Estamos, todavia, em perigo quando alguém se arroga o direito de tomar o que pertence à dignidade da pessoa humana como um seu valor [valor de quem se arrogue a tanto]. É que, então, o valor do humano assume forma na substância e medida de quem o

afirme e o pretende impor na qualidade e quantidade em que o mensure. Então o valor da dignidade da pessoa humana já não será mais valor do humano, de todos quantos pertencem à humanidade, porém de quem o proclame conforme o seu critério particular. Estamos então em perigo, submissos à tirania dos valores. (...).” (ADPF 153, julgamento em 29-4-2010, Plenário, DJE de 6-8-2010).

O preço é, então, um atributo das coisas. Atribuir uma cifra monetária a uma pessoa é ofender a sua dignidade; é quantificar o imponderável.

A MP 451/2008 (Lei nº 11.945/2009) reformulou o tratamento dado à cobertura por invalidez permanente na área do seguro obrigatório, classificando-a em total ou parcial e subdividindo esta última em completa e incompleta. Para delimitar cada uma delas introduziu uma tabela com a descrição de distintas partes do corpo humano, atribuindo a cada uma delas um percentual a ser aplicado sobre o valor total da indenização⁴. Cada pedaço do corpo tem agora um valor monetário, e sua soma indica o preço da pessoa humana.

Nesse sentido, o i. Desembargador Walter Carlos Lemes, com incomum maestria, assim citou em seu voto como relator da Apelação Cível 78.138-7/188, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, in verbis:

“Quanto ao terceiro argumento, qual seja, o de que a invalidez foi parcial porque o apelado teve amputado “apenas o pé direito”, entendo o seguinte:

A prevalecer o raciocínio da seguradora, nunca, mas nunca mesmo, haverá pagamento do seguro por invalidez total, um pé, ou uma perna, ou os dois braços ou a cabeça seguradora divida as partes do corpo do segurado para entender, sempre, que toda invalidez é parcial. Não se pode concordar com semelhante suposição, pois, a ser assim, a invalidez total seria apenas a perda total do corpo, ou seja, a morte. E aí seria difícil pagar ao segurado, já que no além os endereços são de difícil localização.”

As palavras do ex-ministro do STF supra transcritas reforçam o absurdo da situação: uma medida provisória, que por natureza é carente de debate legislativo, sob a alegativa de mesclar preceitos de natureza tributária, torna-se instrumento para mensurar a pessoa humana, seccionando-a como se de uma mercadoria se tratasse.

Qual a base utilizada para quantificar o importe de um braço ou uma perna?

A tabela que agora vige no ramo do DPVAT tem sua origem na chamada “Tabela para Cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente”, divulgada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP⁵. Apenas a título de ilustração do que aqui se pretender evidenciar, por aquela tabela é possível conhecer o preço de um olho, um braço, um dedo ou mesmo do encurtamento de 3 centímetros de uma perna.

O problema é que os critérios de valoração são desconhecidos, cabendo unilateralmente à SUSEP e às seguradoras determiná-los, sem que tenha havido qualquer discussão com a sociedade. Sábia a lição do ministro Eros Grau ao alertar sobre o perigo de permitir que alguém tome como seu um valor próprio da dignidade humana, delimitando-o segundo seu particular juízo.

Nesse sentido, os artigos 19, 20 e 21 da MP 451/2008 (artigos 31 e 32 da Lei nº 11.945/2009), que se dedicam a instituir a nova disciplina da invalidez permanente e a tabela de danos pessoais, e 8º da Lei nº. 11.482/2007, instituída pela MPv de nº. 340/2006, alterando o art. 3º da Lei nº 6.194/1974, tipificam nitidamente uma afronta à dignidade da pessoa humana. Admitir sua aplicação é referendar a agressão a um dos alicerces do Estado Democrático.

7 – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, considerando os argumentos fáticos e jurídicos inferidos acima, requer o Autor que V.Exa. se digne a adotar as seguintes providências:

- a)** Deferir o pedido de Justiça Gratuita;
- b)** Requer que Vossa Excelência se declare competente para conhecer, processar e julgar a lide;
- c)** Que não seja designada audiência de conciliação tendo em vista que a matéria só é passível de acordo após avaliação do perito médico;
- d)** Determinar a citação da Seguradora/Demandada, no endereço constante no cabeçalho desta, para responder aos termos da presente, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia e confissão ficta;
- e)** Caso entenda necessário, requer a exibição do processo administrativo na forma do artigo 396 CPC;
- f)** Requer a condenação da promovida ao pagamento do seguro DPVAT, conforme enquadramento na tabela constante na Lei nº.

11.945/2009, ou em último caso que seja designada perícia médica a fim de apurar a invalidez do autor, com os seguintes quesitos:

- Se em razão do acidente de trânsito ocorrido, a parte autora restou incapacitada;
- Se a incapacidade é parcial ou total;
- Se parcial, qual o grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6194/1974.

g) Que a Ré seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa:

Dá-se à causa o valor de **R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Crato/CE, 03 de dezembro de 2019.

ANA FRANCISCA BEZERRA MARTINS

Advogada OAB/CE N° 28.948


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
THIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
 20089675457 SSPDS CE

CPF DATA NASCIMENTO
 614.635.163-63 16/11/1999

FILIAÇÃO
 THIAGO BEZERRA
 PINHEIRO
 MARIA DAS DORES DA
 SILVA

VERMELHO ACC CAT. HAB
 [] [] **AB**

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO
07120205169 20/06/2023 28/08/2018

YÁLIDA EM TODO
 O TERRITÓRIO NACIONAL
1842579714



Nº do Cliente:

6421696

A Tarifa Social de Energia Elétrica
fornece para LCL nº 10.438
de 26 de abril de 2002

enel

Companhia Energética de Ceará

Rua Pedro Vitorino, 100
CEP 60130-040 - Fortaleza - CE
CNPJ 07.047.211/0001-70 | CEP 06.100.999-3Para agilizarmos seu atendimento, utilize a 2ª linha
sempre que entrar em contato conosco.

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE ÚNICA | Nº 023442575

Rota CR528R53 - 380V/60

Referência 10/2019

Nome FELIPE DA SILVA RODRIGUES

Endereço RU BENEDITO JOSE TELES, 00060, DISTRITO SANTA FE,

63105-000, CRATO

Classificação Residencial Pleno

Modalidade Tarifária B1 RESIDENCIAL

Ligação Monofásico

Emissão 10/10/2019

Medidor 397262-SCH-001

ÁREA RESERVADA AO FISCO

P.P. 25 dias

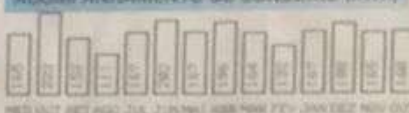
DATAS DE LEITURA

Anterior 12/09/2019

Atual 10/10/2019

Próxima previsão 12/10/2019

ACOMPANHAMENTO DE CONSUMO (KWH)



DADOS DA MEDIÇÃO

Ponto	Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo Mês (KWH)	Consumo Int. (KWH)	Consumo Ext. (KWH)	Tarifa (R\$/KWH)	Valor (R\$)
72	28.175	27.522	1,00	223	00	223	0,72668	162,05

DADOS DO FATURAMENTO

CIP - ILLUM PUB PREF MUNIC

CONSUMO

ADICIONAL BAND. AMARELA

ADICIONAL BAND. VERMELHA

MULTA

TARIFA

VALOR (R\$)

-	21,02
0,72668	162,05
0,00700	1,56
0,03587	8,00
-	1,63

Tributo:	Base (R\$):	Alíquota (%):	Valor (R\$):
ICMS	171,61	27,00	46,33
PIS	171,61	0,03	0,04
COFINS	171,61	0,14	0,22

VENCIMENTO	19/11/2019	TOTAL A PAGAR (R\$)	194,26
------------	------------	---------------------	--------

CONSUMO CONSCIENTE

EMISSIONES DE CO₂ (kg/KWH) Compense suas emissões
pelo consumo de energia elétrica.Emissões (CO₂) 87,05Compensado (kg CO₂) 0,00

Consciência Ecológica (NCO) 0

CPF/CNPJ

039.912.493-40

9,22%

INFORMAÇÕES AO CLIENTE

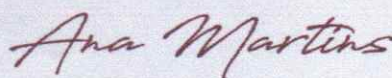
Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 12/09 -
30/09 Amarela : 01/10 - 10/10

DEBITOS ANTERIORES

MÊS/ANO VALOR (R\$)

07/2019 126,70

Total: R\$ 126,70

4/12

 OAB/CE 28.948

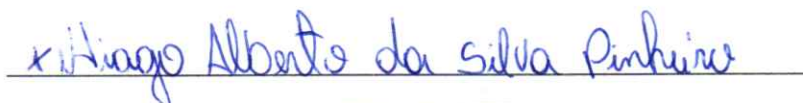
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Hiago Alberto da Silva Pinheiro, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito(a) no CNPF/MF sob o n.º 614.635.163-63 portador (a) da cédula de identidade sob o n.º 2008967345-7, residente e domiciliado (a) na Rua Benedito Foxi Teles, n.º 60, bairro Santa Fé, cidade Crato, estado Ceará, CEP 63.079-899, neste ato representado por quem de direito, nomeia e constitui, por este instrumento particular de procuração seus bastantes procuradores:

OUTORGADOS: **ANA FRANCISCA BEZERRA MARTINS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/CE sob o n.º 28.948, com escritório profissional sediado na Av. Duque de Caxias, n.º 357, Sala 02, Centro, Crato-CE, local onde recebem correspondências e intimações.

PODERES: Para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, para representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública ou privada, podendo propor contra quem de direito as ações cabíveis e defendê-lo nas contrárias, seguindo, umas e outras, até final decisão, inclusive recursos, conferindo-lhe também, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitações, levantar valores existentes em contas judiciais, precatórios, RPV, deduzindo e compensando os créditos pessoais de verbas honorária contratual, e as decorrentes de sucumbência nas respectivas prestações de contas, agindo separadamente ou em conjunto, junto as Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, facultando-lhe outrossim substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

CRATO/CE, 02 de dezembro de 2019.



OUTORGANTE

4/17
Ana Martins
 OAB/CE 28.948

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Hiago Alberto da Silva Pinheiro,
maxiluno, solteiro, estudante, inscrito(a)
 no CNPF/MF sob o n.º 614.635.163-63, portador (a) da cédula de identidade
 sob o n.º 2008967545-7, residente e domiciliado (a) na
Rua Benedito José Teles, n.º 60, bairro
Santa Fé, cidade Crato, estado
Ceará, CEP 63.079-899, **DECLARO**, nos termos da Lei n.º
 7.115 de 29 de agosto de 1983, que dispõe sobre prova documental, para todos os
 fins de direito, especialmente para fazer prova junto a Justiça, que sou
 reconhecidamente pobre nos termos do artigo 5º da Constituição Federal c/c o
 artigo 98 do Novo Código de Processo Civil e, sendo assim, não posso pagar custas
 ou despesas com processo na justiça civil, bem como honorários advocatícios.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira
 responsabilidade pela declaração supra, sob as penas da lei.

Assino a presente para que se produzam seus efeitos jurídicos
 e legais.

Crato/CE, 02 de dezembro de 2019.

Hiago Alberto da Silva Pinheiro



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE
Impresso nº 2019698772

fls. 17



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 11527 / 2019

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **02/10/2019 11:16:11**
Data / Hora da Ocorrência: **01/07/2019 16:15:00**
Endereço da Ocorrência: **AV PADRE CÍCERO, SÃO JOSÉ - JUAZEIRO DO NORTE/CE**
Ponto de Referência: **PRÓXIMO AO ATACADÃO**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO**
Nascimento: **16/11/1999** CPF: **614.635.163-63**
RG: **20089675457** Órgão Emissor: **SSPDS** UF: **CE**
Filiação: **MARIA DAS DORES DA SILVA**
THIAGO BEZERRA PINHEIRO
Endereço: **RUA BENEDITO JOSÉ TELES, 60**
Bairro: **DISTRITO SANTA FÉ**
Município: **CRATO/CE** CEP:
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 98142-6509**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **NQX6116** Uf: **CE** Município: **CRATO** Chassi:
9C2JC30708R740284 Renavam: **252407695** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/CG 125 FAN** Ano Fabricação:
2008 Ano Modelo: **2008** Combustível: **GASOLINA** Cor: **PRETA**
Proprietário: **MARIA DAS DORES DA SILVA** Situação: **NÃO**
INFORMADO Envolvimento: **NORMAL**

Histórico

Advertido das penalidades previstas para os arts. 229, 304, 339 e 340, todos do CP, noticia que na data do fato era devidamente HABILITADO, categoria AB e que no dia, local e hora acima citados, trafegava como piloto da moto acima descrita, quando um indivíduo que trafegava em um veículo Toyota Corolla, ingressou na via preferencial, indevidamente, motivo pelo qual acabou se chocando contra a traseira do automóvel, em seguida, caindo ao solo. Não conseguiu identificar o nome do motorista, nem a placa do Corolla, pois, apesar de o condutor ter parada e acionado SAMU, em seguida foi embora, sem deixar seus contatos pessoais; QUE instantes depois foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência/SAMU, levado para a Unidade de Pronto Atendimento desta cidade de Juazeiro do Norte e, de lá, foi transferido para o Hospital São Raimundo, na cidade do Crato; QUE em virtude do sinistro sofreu as lesões descritas nos documentos médicos que apresenta, cujas cópias seguem em anexo. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO : _____

DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Consolidado em: 02/10/2019 11:31:48

Pág. 1 de 2

Impresso em: 02/10/2019 11:31:48

Hiago Alberto da Silva Pinheiro

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA FRANCISCA BEZERRA MARTINS e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 03/12/2019 às 15:50, sob o número 00092348120198060071. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0009234-81.2019.8.06.0071 e código 596ECC8.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE
Impresso nº 2019698772



fls. 18

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 11527 / 2019

GLEDSON LIMA BEZERRA - MAT.: 134679-1-9

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Alvaro Alberto da Silva Américo


VISTO DO DELEGADO(A) : JULIANO MARCULA DE ALMEIDA LIMA - MAT.: 300520-1-3



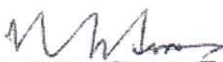
GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

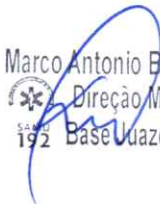


CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICAMOS, em virtude da faculdade que nos é conferida por lei e, tendo em vista requerimento por escrito da parte interessada, que o **SAMU 192 CEARÁ** realizou a atendimento pré hospitalar ao Sr. **HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO**, portador do RG n.º 2008967545-7, SSP-CE, inscrito no CPF n.º 614.635.163-63, no dia 01/07/2019, às 16h44, Município de Juazeiro do Norte-CE, na Avenida Padre Cícero, Bairro São José, próximo ao Atacadão, vítima de acidente de trânsito, colisão entre ~~carro~~ e motocicleta, sendo removido para UPA de Juazeiro do Norte. E para constar eu,  Eliete Gomes Pereira Loiola, Assessora Técnica, lavrei a presente Certidão, a qual vai datada e assinada por MARIA DAS GRAÇAS TORRES, ASSESSORA EXECUTIVA.

Eusébio, 19 de agosto de 2019.


Maria das Graças Torres
ASSESSORIA EXECUTIVA


Marco Antonio Bezerra Rulim
Direção Médica Adm.
192 Base Juazeiro do Norte

SAMU 192 CEARÁ
Rua da Paz nº 29 e 30 - Centro Eusébio - CE
Fone: (85) 3433 7434



UPA 24h Limoeiro

Endereço: RUA CAPITÃO DOMINGOS, S/N
Cidade...: JUAZEIRO DO NORTE
E-mail...:

ATO DECLARATÓRIO

fls. 20

581664

CNPJ: 19.622.700/0001-46
Telefone: (088) 2156-2188

Ficha de Atendimento

Data: 01/07/2019
Hora: 17:25

Data de Saida:
Hora de Saida:

Paciente

Nome: 192374 HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Responsável: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Mãe: TI HIAGO BEZERRA PINHEIRO
Endereço: RUA BENEDITO JOSE TELES, 60, ZONARURAL - JUAZEIRO CEP: 63.079-899 Natural: JUAZEIRO DO
Nasc: 16/11/1999 Idade: 19
Telefone: () Celular: ()

Documento

Mat/CNS: Doc. Identidade 2008967545-7 Guia: Autorização
Trabalho: Validade da Carteira Ultimo Pagto:

Convênio

Convênio SUS Cod. de Credenciamento Tipo de Atendimento 2

Queixas do Paciente

PACIENTE TRASIDO PELO SAMU COM HISTORIA DE ACIDENTE DE TRANSITO COM FERIMENTO EM TORAX D,
REFERI-SE DOR EM PUNHO DA MÃO D

Observação

SOL DE RX
ANALGESIA
ENC PARA ESPECIALIDADES

Exame Físico

CONCIENTE
ORIENTADO

Classificação de Risco

Classificação.: LARANJA
Queixa.: VITIMA DE ACIDENTE MOTO CARRO TRAZIDO PELO SAMU

Conclusão Diagnóstica

TRAUMA

CID-10 V299

Evolução/Anotação de Enfermagem

Antonio Reinaldo da Silva
Médico
CRM 11023

ANTONIO REINALDO DA SILVA
CRM: 11023 / CE

Diretor Médico

Informática - www.syshosp.com.br
Indente: CHRYSTOPHER MEDEIROS

Data: 26/08/2019 Horário: 16:48

Página: 1
Ficha_CPSMed2

ATO DECLARATÓRIO

DATA ATEND	01/07/2019	IDADE	19	NR ATEND	564868
PACIENTE	HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO	CPF	614.635.163-63	SEXO	MASCULINO
DATA NASC	16/11/1999				
RG	2008967545-7				
NIE	MARIA DAS DORES DA SILVA				
ENDEREÇO	RUA VICENTE TELES 37 CASA				
CIDADE	CRATO	UF	CE	BAIRRO	SANTA FE
TELEFONE 1	88997534951	TELEFONE 2		CEP	63132070
PLANO DE SAÚDE	BPA SUS	MATRÍCULA	898002759621458	MEDICO	NARCIZO FRANCISCO FERREIR
				TIPO DE ATEND	CONSULTA

PRIORIDADE CLÍNICA URGENCIA MAIOR

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Início da Classificação: 01/07/2019 21:41
Classificador.....: NATALY DE LUCENA CELIAO REIS
Porta de Entrada.....: 000008-RECEPCAO URGENCIA
GRUPO DE PERGUNTAS: TOLIFE
QUEIXA: DOR E LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO EM ANTEBRAÇO DIREITO
ORIGEM: SANTA FÉ
TIPO DE CHEGADA: PRONTO ATENDIMENTO
ENCAMINHAMENTO: CONSULTÓRIO
INÍCIO DO EPISÓDIO: 16:00 HORAS DE HOJE

Término da Classificação: <B046XXXX> 21:44
Coren: 551078

ATENDIMENTO MÉDICO

ANAMNESE

QUEDA DE MOTO, COM FRATURA DE OSSOS DE ANTEBRAÇO DIR

RX - FRATURA DO RADIO D

- TALA AXILO PALMAR EM MSD

INTERNAR PAR PRE-OP E POSTERIOR CIRURGIA ELETIVA

EXAME FÍSICO

EXAMES COMPLEMENTARES

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

CONDUTA

Dr. Narcizo Flores
Assinatura de N. Flores
CRM = 7331

Ass. Paciente / Responsável

Assinatura do Funcionário

Edna
31/07/19

FICHA DE INTERNAÇÃO

Prontuário 51215
Internação 564869

Impresso 01/07/2019 22:05

DADOS DO PACIENTE
Paciente HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO Nasc. 16/11/1999 Idade 19 Sexo M
Matrícula 898002759621458 Responsável HIAGO ALBERTO DA SILVA
Endereço RUA VICENTE TELES 37 CASA Bairro SANTA FE Cep 63132070
Cidade CRATO Telefone 88997534951998002915
Mãe MARIA DAS DORES DA SILVA Pai THIAGO BEZERRA PINHEIRO
CPF 614.635.163-63 RG 2008967545-7 CE SSP-CE
Natural CRATO Raça PARDO
Profissão AUX. TECNI Est.Civil SOLTEIRO

DADOS DE ATENDIMENTO
Médico ITALO BRITO ALENCAR ALVES Data/Hora 01/07/2019 22:02
Clínica INTERN. CIRURGICA Convênio SUS INTERNADOS
Cor POSTO MASCULINO Caráter ELETIVA
Acomodação AM03 Tipo Acomod ENFERMARIA CLINICA
Leito AM3.05 Atendente VANESSA

RESUMO DE TRATAMENTO
HDA -
Do e edma em
rudo

ANTECEDENTES PESSOAIS
HAS () DM () AVC () ALERGIA A DROGAS ()

EXAME FÍSICO -
SINAIS VITAIS PA = FP = FR = TA =
ACV RCR em 2T
AR MV
ABDOMEN JHA
NEUROLÓGICO along. 15
ECG AO = V RV = RM =
PUPLOS

CONDUTA -
DIAGNÓSTICO mangio arúrgio
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO Prot rudo

RESERVADO A RECEPÇÃO
Nº DO UNISUS 33150025628 TRASNF. P/ MÉDICO
ASSINATURA Vanessa CONDIÇÕES DE ALTA Adiministr
ALTA EM 05 / 07 / 2019

maria das dores da silva
Paciente/Responsável

Médico(a): 13476 Italo Brito Alencar Alves
CRM-CE 13476

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

Ficha de Evolução Médica

PACIENTE HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
CONVÊNIO BPA SUS

LEITO

ATENDIMENTO 564868

MÉDICO NARCIZO DATA/HORA 01/07/2019 22:03

PACIENTE VITIMA DE FRATURA DE RADIO
INDICAÇÃO DETRATMETNO CIRÚRGICO ELETIVO
COND - INTERNAR PARA ANALGESIA E PRONTUÁRIO

Médico(a): NARCIZO FRANCISCO FERREIRA FLORES
CRM:007304-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05

Atend.: 564869

Enfermeiro(a): OLIVEIRA

Data/Hora: 01/07/2019 22:50

NOITE

PACIENTE JOVEM ADMITIDO PARA TRATAMENTO CLINICO POR DRº ITALO, FRATURA RADIO DISTAL DIREITO, EM USO DE TALA GESSADA, O MESMO CHEGOU CONSCIENTE ORIENTADO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, CALMO, COOPERATIVO, REFERE ALGIA NO MOMENTO, REALIZADO ACESSO VENOSO PARA TERAPIA MEDICAMENTOSA, MCPM, COM 04 RX ANEXO AO PRONTUÁRIO, SEGUE NO LEITO E AOS CUIDADOS DA ENFERMAGEM.

Tecnico(a): ELIANE OLIVEIRA DA SILVA DE FREITAS
COREN:918499-CE

Eliane

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

Ficha de Evolução Médica

PACIENTE HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
CONVÊNIO SUS INTERNADOS
12:26

LEITO AM3.05 ATENDIMENTO 564869
MÉDICO THAISSA DATA/HORA 02/07/2019

EVOLUÇÃO CLÍNICA

#HD: FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO

#APP: NEGA

#MEDICAÇÕES DE USO CONTÍNUO: NEGA

#ATB: 00

#ADMISSÃO: PACIENTE ADMITIDA NESTA UNIDADE COM HISTÓRIA DE TRAUMA. (ACIDENTE MOTOCICLISTICO MOTOXCARRO)

#EVOLUÇÃO: PACIENTE EVOLUI ESTÁVEL, RESPIRANDO EM AR AMBIENTE. ACEITANDO ALIMENTAÇÃO VIA ORAL. ELIMINAÇÕES FISIOLÓGICAS PRESENTES. SEM MAIS INTERCORRÊNCIAS. APRESENTA FLICTEMAS

#EXAME FÍSICO: ORIENTADO, EUPNÉICO, NORMOTENSO, NORMOCÁRDICO
AR: MV + EM AHT, SEM RA
ACV: RCR, 2T, SEM SOPRO, BNF
ABD: PLANO, FLÁCIDO, INDOLOR À PALPAÇÃO, RHA +
EXT: PULSOS + EM MID, SEM EDEMA

EXAMES: SOLICITADOS

#CONDUTA: AGUARDA CIRURGIA
SOLICITO EXAMES E ECG

Thaissa Fernandes de A. Lopes
MÉDICA
CREMEC: 16.106

Médico(a): THAISSA LAVINEA FERNANDES DE ALMEIDA LOPES
CRM:16106-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05 Atend.: 564869
Enfermeiro(a): JOSILENE

Data/Hora: 02/07/2019 08:00

MANHA

PACIENTE EVOLUI COM QUADRO CLINICO ESTAVEL. EM TRATAMENTO COM DR. ITALO. FRATURA EM RÁDIO DISTAL DIREITO .AFERIDOS SSVV. P.A=120/80.AFEBRIL TEMP=36.0C. EUPNEICO CONSCIENTE ORIENTADO .MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA.SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

Josilene
Tecnico(a): MARIA JOSILENE PEREIRA DO NASCIMENTO
COREN: 661345-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05 Atend.: 564869
Enfermeiro(a): AURICELIA

Data/Hora: 02-07-19 TARDE

TARDE

PACIENTE JOVEM EVOLUI COM ESTADO GERAL ESTAVEL, CONCIENTE E ORIENTADO, AFEBRIL, HIDRATADO, DEMBULANDO, ACEITA A DIETA, COM FRATURA EM RADIO DISTAL DIREITO, SINAIS VITAIS ESTAVEIS, REFERINDO DOR EM MEMBRO AFETADO, DIURESE PRESENTE, MANTEM ACESSO PERIFERICO PARA MEDICAÇÃO, SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

PA=120/80
T=36.5

Auricelia
Tecnico(a): AURICELIA SOARES DE OLIVEIRA
COREN: 639555-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

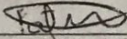
Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05
Enfermeiro(a): FATIMA

Atend.: 564869
Data/Hora: 02/07/2019 19:45

NOITE:

PACIENTE EM TRATAMENTO, EVOLUI COM ESTADO GERAL ESTAVEL, CONSCIENTE, ORIENTADO, NORMOCORADO, COOPERATIVO, RESPIRA EM AR AMBIENTE E DEAMBULA SEM AUXILIO. SEGUE NORMOTENSO, AFEBRIL E EUPNEICO, SSVV AFERIDOS, MANTEM ACESSO VENOSO PERIFERICO PARA TERAPIA MEDICAMENTOSA. ATE O MOMENTO NÃO APRESENTA QUEIXAS. MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO, SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.


Tecnico(a): MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA
COREN:1017421-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

Ficha de Evolução Médica

PACIENTE HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
CONVÊNIO SUS INTERNADOS

LEITO AM3.05

ATENDIMENTO 564869

MÉDICO ITALO DATA/HORA 03/07/2019 05:42

EVOLUÇÃO CLÍNICA

#HD: FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO

#APP: NEGA

#MEDICAÇÕES DE USO CONTÍNUO: NEGA

#ATB: 00

#ADMISSÃO: PACIENTE ADMITIDA NESTA UNIDADE COM HISTÓRIA DE TRAUMA. (ACIDENTE MOTOCICLISTICO MOTOXCARRO)

#EVOLUÇÃO: PACIENTE EVOLUI ESTÁVEL, RESPIRANDO EM AR AMBIENTE. ACEITANDO ALIMENTAÇÃO VIA ORAL. ELIMINAÇÕES FISIOLÓGICAS PRESENTES. SEM MAIS INTERCORRÊNCIAS. APRESENTA FLICTEMAS

#EXAME FÍSICO: ORIENTADO, EUPNÉICO, NORMOTENSO, NORMOCÁRDICO

AR: MV + EM AHT, SEM RA

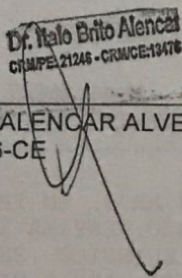
ACV: RCR, 2T, SEM SOPRO, BNF

ABD: PLANO, FLÁCIDO, INDOLOR À PALPAÇÃO, RHA +

EXT: PULSOS + EM MID, SEM EDEMA

EXAMES: SOLICITADOS

#CONDUTA: AGUARDA CIRURGIA
SOLICITO EXAMES E ECG


Dr. Italo Brito Alencar
CRM: 13476-CE

Médico(a): ITALO BRITO ALENCAR ALVES
CRM: 13476-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05

Atend.: 564869

Enfermeiro(a): JOSILENE

Data/Hora: 03/07/2019 08:00

MANHA

PACIENTE EVOLUI COM QUADRO CLINICO ESTAVEL. EM TRATAMENTO COM DR. ITALO. FRATURA EM RÁDIO DISTAL DIREITO .AFERIDOS SSVV. P.A=120/80.AFEBRIL TEMP=36.0C. EUPNEICO CONSCIENTE ORIENTADO .MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA.SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

Josilene
Técnico (a) : MARIA JOSILENE PEREIRA DO NASCIMENTO
COREN: 661345-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05

Atend.: 564869

Enfermeiro(a): ANDERSON

Data/Hora: 03/07/2019 TARDE

TARDE

PACIENTE HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO, 19 ANOS, EM TRATAMENTO DE FRAT. EM RADIO DISTAL DIREITO. EVOLUI ORIENTADO, NORMOCORADO, RESPIRA EM AR AMBIENTE E DEAMBULA SEM AUXILIO. SEGUE NORMOTENSO, AFEBRIL E EUPNEICO , SSVV AFERIDOS, MANTEM ACESSO VENOSO PERIFERICO PARA TERAPIA MEDICAMENTOSA. ATE O MOMENTO NÃO APRESENTA QUEIXAS. MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO, SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.
PA=110X70
T=36,0°C

Técnico (a) : ANDERSON ADAILTON DOS SANTOS BARROS
COREN:1301447-CE

Anderson A.S. Barros
Técnico em Enfermagem
COREN/CE 1301447

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05

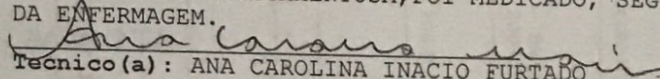
Atend.: 564869

Enfermeiro(a): CAROLINA

Data/Hora: 03/07/2019 22:58

NOITE

CLIENTE COM FRATURA EM TRATAMENTO CLINICO COM DR. ITALO.
EVOLUI CONSCIENTE, ORIENTADO, CALMO, COOPERATIVO, ATIVO, NORMOTENSO,
AFEBRIL, EM AR AMBIENTE, DIURESE ESPONTANEA, NEGA QUEIXA, MANTEM AVP
PARA TERAPIA MEDICAMENTOSA, FOI MEDICADO, SEGUE NO LEITO E AOS CUIDADOS
DA ENFERMAGEM.


Técnico(a): ANA CAROLINA INACIO FURTADO
COREN: 1169836-CE

FICHA DE INTERNAÇÃO

Prontuário 51215
Internação 565510

Impresso 05/07/2019 02:02

DADOS DO PACIENTE
Paciente HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO Nasc. 16/11/1999 Idade 19 Sexo M
Matrícula 898002759621458 Responsável HIAGO ALBERTO DA SILVA
Endereço RUA VICENTE TELES 37 CASA Bairro SANTA FE Cep 63132070
Cidade CRATO Telefone 88997534951998002915
Mãe MARIA DAS DORES DA SILVA Pai THIAGO BEZERRA PINHEIRO
CPF 614.635.163-63 RG 2008967545-7 CE SSP-CE
Natural CRATO Raça PARDO
Profissão AUX. TECNI Est.Civil SOLTEIRO

DADOS DE ATENDIMENTO
Médico FRANCISCO PETRONIO SAMPAIO Data/Hora 05/07/2019 01:57
Clínica INTERN. CIRURGICA Convênio SUS INTERNADOS
Ator POSTO MASCULINO Caráter ELETIVA
Acomodação AM03 Tipo Acomod ENFERMARIA CLINICA
Leito AM3.05 Atendente NASCIMENTO

RESUMO DE TRATAMENTO
HDA -
Paciente com fratura no antebraço internado para tratamento cirúrgico

ANTECEDENTES PESSOAIS
HAS () DM () AVC () ALERGIA A DROGAS ()

EXAME FÍSICO -
SINAIS VITAIS PA = FP = FR = TA =

ACV

AR

ABDÔMEN

NEUROLÓGICO

ECG AO = RV = RM =

PUPLOS

CONDUTA -

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO - *fratura antebraço*

RESERVADO A RECEPÇÃO

Nº DO UNISUS 23250025679

ASSINATURA Anderson 05/07/19

CONDICÕES DE ALTA

ALTA EM 06.07.19

Paciente/Responsável

Médico(a): 005943 FRANCISCO PETRONIO SAMPAIO

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

Ficha de Evolução Médica

PACIENTE HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
CONVÊNIO SUS INTERNADOS

LEITO AM3.05

ATENDIMENTO 565510

MÉDICO PETRONIO DATA/HORA 05/07/2019 10:58

PACIENTE OPERADO, PASSA BEM NO P.O.I DE FRATURA NO ANTEBRAÇO.

Francisco Petronio Sampaio
Traumatologista
CRM-CE 5943

Médico(a): FRANCISCO PETRONIO SAMPAIO
CRM:005943-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO
Conv.....: SUS INTERNADOS

Leito: AM3.05

Atend.: 565510

Enfermeiro(a): FATIMA

Data/Hora: 05/07/2019 02:02

NOITE:

PACIENTE ADMITIDO NESSE SETOR COM FRATURA DE RADIO DISTAL "D" PARA TRATAMENTO CIRURGICO, EXAMES ANEXOS, EM USO DE TALA GESSADA, ORIENTADO, CALMO, ESTADO GERAL ESTAVEL E SEGUE EM REPOUSO NO LEITO AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

Tecnico(a): MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA
COREN:1017421-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO

Leito: AM3.05

Atend.: 565510

Conv.....: SUS INTERNADOS

Enfermeiro(a): JOSILENE

Data/Hora: 05/07/2019 08:00

MANHA

PACIENTE EM TRATAMENTO COM DR. PETRONIO .FOI ENCAMINHADO AO C.C. PARA REALIZAR PROCEDIMENTO CIRURGICO.FRATURA EM RADIO DISTAL DIREITO .RETORNANDO PARA ALA CIRURGICA. SOB EFEITO ANESTESICO.SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

Josilene
Tecnico(a): MARIA JOSILENE PEREIRA DO NASCIMENTO
COREN:661345-CE

Hospital São Raimundo - Fundação Leandro Bezerra de Menezes

ANOTAÇÕES DE TEC. ENFERMAGEM

Paciente: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO

Leito: AC09.6

Atend.: 565510

Conv.....: SUS INTERNADOS

Enfermeiro(a): SOLANGE

Data/Hora: 05/07/2019 10:00

MANHÃ:

PACIENTE ADULTO COM 19 ANOS DE IDADE, ADMITIDO NESTE SETOR PARA PROVENIENTE DO CENTRO CIRÚRGICO EM PÓS OPERATÓRIO DE FRATURA EM MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM DR.PETRONIO, ENCONTRA-SE CONSCIENTE, ORIENTADO, AFEBRIL, RESPIRANDO AR AMBIENTE, VERBALIZANDO AS SUAS NECESSIDADES, NEGA QUEIXAS NO PERÍODO, EM DIETA ZERO, SEGUNDO INFORMAÇÕES COLHIDAS COM O MESMO, NEGA SER ALÉRGICO À QUALQUER MEDICAÇÃO, NEGA HIPERTENSÃO E DIABETES.SEGUE EM REPOUSO NO LEITO E AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

Solange
Tecnico(a): SOLANGE MATIAS DA SILVA
COREN:1125455-CE

Solange Matias da Silva
Téc. de Enfermagem
COREN 1125455

HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO HOSPITAL SAO RAIMUNDO
51215

HIAGO ALBERTO

D

05/07/2019
11:54:22

LATERAL

Z: 100%

W:4096 L:2048

CONSULTA REALIZADA PELO SITE:

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>

SINISTRO 3190566771 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO A**
CONTERRANEA CORRETORA E ASSESSORIA DE SEGUROS LTDA - ME**BENEFICIÁRIO** HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO**CPF/CNPJ:** 61463516363**Posição em 03-12-2019 11:37:57**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
15/10/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Hiago Alberto da Silva Pinheiro**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Vistos, etc.

Analizando detidamente a inicial, verifico que o pedido final da parte autora **colide frontalmente** com o disposto no art. 3º da Lei nº 6.194/74 com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, que prevê um percentual indenizatório de **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para o caso de invalidez permanente coberta pelo seguro DPVAT.

De fato, requer a parte autora, em seu pedido final, o pagamento de indenização que totalize **o valor máximo indenizável previsto na tabela DPVAT, ou seja R\$ 13.500,00.**

Ocorre que a invalidez descrita na inicial e nos documentos que acompanham a mesma, obviamente, não enseja o pagamento do valor previsto no teto da tabela indenizatória, fator que acarretaria a IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO, **independentemente do valor apontado em perícia judicial (desde que inferior ao teto máximo da tabela)**, e isso em decorrência do princípio da CONGRUÊNCIA ou CORRELAÇÃO ao pedido inicial.

Dito isso, e considerando o disposto no art. 10 do CPC, determino a intimação da parte autora para, em 15 (quinze) dias, EMENDAR A INICIAL, adequando o pedido de tutela final ao disposto na Lei nº 6.194/74 sob pena de IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, e arquivamento do feito.

Expediente(s) necessário(s)

Crato (CE), 04 de dezembro de 2019.

José Flávio Bezerra Moraes

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.


Ana Martins
OAB/CE 28.948

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO,
ESTADO DO CEARÁ.**

Processo nº: 0009234-81.2019.8.06.0071

Acionante: HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO

Acionada: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

HIAGO ALBERTO DA SILVA PINHEIRO, já devidamente qualificada na ação em epígrafe, por intermédio de sua advogada, infra-assinado, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, em obediência ao despacho retro, EMENDAR A INICIAL nos seguintes termos:

Em consequência das debilidades sofridas no acidente de moto ocorrido no dia 01/07/2019, o autor sofreu fratura do rádio direito.

No caso do valor da indenização pela cobertura de invalidez permanente por pessoa vitimada no Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não – Seguro DPVAT, deverá ser observada a sequela de acordo com a tabela da SUSEP a seguir:

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores;	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar;	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão;	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Veja Excelência, conforme a tabela acima colacionada, o autor

faz jus a receber 70% do valor total coberto (R\$ 9.450,00). Assim, tendo em vista que o Requerente recebeu apenas R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), faz jus a diferença no importe de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Diante do exposto, requer que o valor da causa seja considerado o montante de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

São estes os termos para os quais pede e espera deferimento.

Crato/CE, 05 de dezembro de 2019.

ANA FRANCISCA BEZERRA MARTINS
OAB/CE 28.9488



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

DESPACHO INICIAL (CITAÇÃO ELETRÔNICA)

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Hiago Alberto da Silva Pinheiro**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Exp. Nec.

Crato (CE), 11 de dezembro de 2019.

José Flávio Bezerra Moraes

Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.brCrato

CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Hiago Alberto da Silva Pinheiro e outro**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada << Informação indisponível >>**

Senhor(a) Representante Legal do(a)

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). José Flávio Bezerra Moraes**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Crato, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site www.tjce.jus.br informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Crato/CE, 11 de dezembro de 2019.

Servidor SEJUD
Provimento n.º 1/2019 da CGJ

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

DESPACHO INICIAL (CITAÇÃO ELETRÔNICA)

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Hiago Alberto da Silva Pinheiro**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Exp. Nec.

Crato (CE), 11 de dezembro de 2019.

José Flávio Bezerra Moraes

Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.brCrato

CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Hiago Alberto da Silva Pinheiro e outro**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada << Informação indisponível >>**

Senhor(a) Representante Legal do(a)

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). José Flávio Bezerra Moraes**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Crato, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada pela internet no site www.tjce.jus.br informando o número do processo e a senha que segue à margem superior direita, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Crato/CE, 11 de dezembro de 2019.

Servidor SEJUD
Provimento n.º 1/2019 da CGJ

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Hiago Alberto da Silva Pinheiro**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Visto em Inspeção Judicial Anual.

Considerando que, apesar da fl.44 constar certidão demonstrando a regular elaboração do expediente citatório, nos autos persiste a ausência das certidões de encaminhamento do ato citatório, de visualização do portal e de início automático do prazo para contestar. Essa certificação é praxe em processos de natureza similar, possuindo, inclusive, previsão legal (Lei nº 11.419/06).

Considerando ainda que a regular citação do polo passivo da demanda é requisito indispensável para a validade do processo (art. 239 do CPC), sendo que eventuais vícios no citatório acarretaria na nulidade dos atos processuais posteriores a ele, fazendo com que a ação deixe de produzir efeitos para o réu (art. 312 do CPC).

Entendo, por bem, considerar a carta de citação on-line inválida para o fim a que se destinou e determinar que sejam renovados os expedientes citatórios para a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, que deverá apresentar contestação no prazo de 15 dias e, na mesma oportunidade, deverá ser intimada para realizar o depósito judicial na quantia de R\$ 250,00 a título de honorários periciais em 15 dias, SOB PENA DE BLOQUEIO.

O expediente ainda deverá ser confeccionado mediante portal eletrônico para a Seguradora Líder, cabendo ao servidor que elaborar o ato atentar-se a matriz correta.

Crato (CE), 22 de junho de 2020.

José Flávio Bezerra Moraes

Juiz de Direito

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.brCrato

CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Acidente de Trânsito**
Requerente: **Hiago Alberto da Silva Pinheiro**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Prezado(a) Sr(a) Representante do(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr(a). José Flávio Bezerra Moraes**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Crato, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa., para apresentar contestação no prazo de 15 dias e, na mesma oportunidade, deverá ser intimada para realizar o depósito judicial na quantia de R\$ 250,00 a título de honorários periciais em 15 dias, SOB PENA DE BLOQUEIO.

Crato/CE, 04 de setembro de 2020.

Wilson Santos de Oliveira
Supervisor de Unid. Judiciária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

2ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-3326, Crato-CE - E-mail: crato.4@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0009234-81.2019.8.06.0071**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
Hiago Alberto da Silva Pinheiro
 Requerido **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA-SE que em 04/09/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Visto em Inspeção Judicial Anual. Considerando que, apesar da fl.44 constar certidão demonstrando a regular elaboração do expediente citatório, nos autos persiste a ausência das certidões de encaminhamento do ato citatório, de visualização do portal e de início automático do prazo para contestar. Essa certificação é praxe em processos de natureza similar, possuindo, inclusive, previsão legal (Lei nº 11.419/06). Considerando ainda que a regular citação do polo passivo da demanda é requisito indispensável para a validade do processo (art. 239 do CPC), sendo que eventuais vícios no citatório acarretaria na nulidade dos atos processuais posteriores a ele, fazendo com que a ação deixe de produzir efeitos para o réu (art. 312 do CPC). Entendo, por bem, considerar a carta de citação on-line inválida para o fim a que se destinou e determinar que sejam renovados os expedientes citatórios para a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, que deverá apresentar contestação no prazo de 15 dias e, na mesma oportunidade, deverá ser intimada para realizar o depósito judicial na quantia de R\$ 250,00 a título de honorários periciais em 15 dias, SOB PENA DE BLOQUEIO. O expediente ainda deverá ser confeccionado mediante portal eletrônico para a Seguradora Líder, cabendo ao servidor que elaborar o ato atentar-se a matriz correta."

Crato/CE, 04 de setembro de 2020.